



**SEMINÁRIO MAIOR ARQUIDIOCESANO DE BRASÍLIA
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**

LUCIANO MATTAR ELEUTERIO DA SILVA

**A OBJETIVIDADE DO BELO COMO
TRANSCENDENTAL DO SER NA PERSPECTIVA TOMISTA**

**BRASÍLIA-DF
2019**

LUCIANO MATTAR ELEUTERIO DA SILVA

**A OBJETIVIDADE DO BELO COMO
TRANSCENDENTAL DO SER NA PERSPECTIVA TOMISTA**

Monografia apresentada junto ao curso de Filosofia do Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília Nossa Senhora de Fátima, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Professor Orientador: Pe. João Paulo dos Santos Silva.

**BRASÍLIA-DF
2019**

LUCIANO MATTAR ELEUTERIO DA SILVA

**A OBJETIVIDADE DO BELO COMO
TRANSCENDENTAL DO SER NA PERSPECTIVA TOMISTA**

Monografia apresentada junto ao curso de Filosofia do Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília Nossa Senhora de Fátima, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Prof. Orientador: Pe. João Paulo dos Santos Silva.

Aprovado em: ____/____/____

Orientador: Pe. João Paulo dos Santos Silva

Professora Mestra Carmem Cecília C. Galvão de Menezes
(SMAB)

**BRASÍLIA-DF
2019**

“São insensatos por natureza todos os que desconhecaram a Deus e, através dos bens visíveis, não souberam conhecer Aquele que é, nem reconhecer o Artista, considerando suas obras.

Se tomaram essas coisas por deuses, encantados pela sua beleza, saibam, então, quanto seu Senhor prevalece sobre elas, porque é o Criador da beleza que fez essas coisas.

Pois é a partir da grandeza e da beleza das criaturas que, por analogia, se conhece o seu Autor.”

(Sb 13,1.3.5)

AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui a minha gratidão a Deus, autor e princípio de toda beleza, pois tendo me criado com seu infinito amor, me conserva com sua paciência e misericórdia, apesar de minhas fraquezas e incapacidades. À Virgem Santíssima, Sede da Sabedoria, pelo imenso amor de mãe e pela ternura com que tem olhado e intercedido por mim ao longo de toda minha vida.

Agradeço a toda minha família. Ao meu pai, Nelson, por ajudar a infundir em meu coração o desejo pelas coisas grandes e belas, à minha mãe, Maria Cristina, pelo exemplo ímpar de esforço e disciplina, e ao meu irmão, Matheus, pelo caráter íntegro e o apoio fraterno em minha vocação.

Aos meus irmãos seminaristas, agradeço pela fraternidade, pela constante colaboração em minha formação e por me ajudarem nas alegrias e nos sacrifícios do caminho rumo ao sacerdócio.

Agradeço aos padres formadores e aos professores do Seminário Maior Nossa Senhora de Fátima, por me possibilitarem uma formação de acordo com o desejo da Santa Igreja Católica – *Mater et Magistra* -, me concedendo todos os meios necessários para o serviço sacerdotal segundo o coração de Jesus, o Bom Pastor.

Agradeço ainda ao meu orientador, Pe. João Paulo dos Santos Silva, pela grande sabedoria, disponibilidade e paciência com minhas dificuldades ao longo deste árduo, porém gratificante trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão a respeito da perspectiva tomista do belo como transcendental do ser, assim como trazer à luz conceitos metafísicos geralmente abandonados pela estética subjetivista promovida atualmente. A partir de uma análise histórica, visa-se explicitar a natural variação de conceitos circundantes à filosofia do belo ao longo da história, sem deixar de enfatizar a abrupta ruptura de pensamento nascente já no início da modernidade, onde influenciada pelo subjetivismo crescente, a estética acaba por reclamar certa emancipação da metafísica, declinando de suas reflexões, temas antes valiosos para este campo da filosofia, como o são os transcendentais do ser, a objetividade da beleza e a sua relação com a unidade, a bondade e a verdade. Portanto, o objeto de estudo deste trabalho é justamente o belo tomado a partir da metafísica clássica, sem se ausentar de propor as reflexões necessárias aos temas caros da estética contemporânea, como o juízo estético e o gosto pessoal.

Palavras-chave: Belo; estética; arte; subjetivismo; relativismo; transcendental; objetividade; metafísica.

RESUMEN

Este presente trabajo pretende proponer una reflexión sobre la perspectiva tomista de lo bello como un transcendental del ser, así como traer a la luz conceptos metafísicos generalmente rechazados por la estética subjetivista promovida en nuestros días. Desde un análisis histórico, el objetivo es aclarar la variación natural de conceptos de alrededor de la filosofía de belleza a lo largo de la historia, subrayando la interrupción abrupta de los signos conceptuales e del pensamiento al principio de la modernidad, cuando influenciado por el subjetivismo, la estética reclama cierta emancipación de la metafísica y sus reflexiones, temas antes valiosos para este campo de la filosofía, como son los trascendentales del ser, la objetividad de la belleza y su relación con la unidad, la bondad y la verdad. Por lo tanto, el objeto de estudio de este trabajo es precisamente el bello bajo los conceptos de la metafísica clásica, sin dejar de proponer las necesarias reflexiones a temas estéticos contemporáneos, como el juicio estético y el gusto personal.

Palabras-llave: Bello; estética; arte; subjetivismo; relativismo; transcendental; objetivade; metafísica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1- O BELO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	11
1.1- O belo entre os filósofos gregos.....	11
1.2- A estética na filosofia cristã.....	14
1.2.1- O belo segundo Tomás de Aquino.....	17
1.3- A subjetividade e a beleza nos períodos moderno e contemporâneo..	19
2- A AUSÊNCIA DA NOÇÃO DE BELO COMO ATRIBUTO DO SER E A ESTÉTICA ATUAL.....	21
2.1- A influência do subjetivismo na estética.....	21
2.2- A questão do gosto e do juízo estético: objetividade do belo e subjetividade do gosto pessoal.....	22
2.3- Educação para o belo: As artes do belo e a sua teleologia.....	26
2.4- As consequências das ideias nos campos da moral e da estética.....	29
2.4.1- O relativismo moral.....	31
2.4.2- A moral relativista e a arte hodierna.....	33
3- A RELAÇÃO ENTRE A BELEZA E A BONDADE E A SUPERAÇÃO DO SUBJETIVISMO ESTÉTICO.....	35
3.1- O belo do ponto de vista metafísico.....	36
3.1.1- O ser na perspectiva tomista.....	36
3.1.2- As propriedades transcendentais do ser.....	38
3.1.3- O belo como transcendental do ser.....	40
3.2- A relação entre o bem e o belo.....	42
3.3- As propriedades do belo e a sua objetividade.....	44
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

É notável que a beleza tem sido ao longo dos séculos grande fonte de deleite e admiração por parte dos homens e mulheres de todos os tempos, assim como é simples perceber o fato de que com a passagem de cada período e seu respectivo contexto histórico houve também certa mudança de padrões estéticos ou referenciais a respeito da beleza adotados pelos artistas ou até mesmo pelos filósofos da arte.

Mais recentemente, sobretudo a partir do período moderno estudado na história da filosofia, nota-se que começa a imperar no campo da filosofia da arte e das artes do belo um gradual e cada vez maior subjetivismo naquilo que tange a definição da beleza, assim como o que propriamente pode ou não fazer parte do acervo das coisas ditas belas.

Entre os artistas desse mesmo período, surge a ideia de que de alguma forma a arte deve emancipar-se dos padrões clássicos de beleza e que a mesma não deve ser um instrumento de expressão do belo exclusivamente, mas que ela pode e deve ser também usada como meio de manifestação das emoções pessoais e indignações políticas e sociais por parte dos artistas, que de um modo ou de outro representam parte de uma sociedade.

Afirmção já bem compreendida no meio filosófico, o fato de as ideias carregarem consigo certamente consequências práticas quando assumidas por uma parcela considerável da sociedade, sabemos que o imperioso subjetivismo observado no meio estético e artístico atual certamente encontra origem em um maior e mais amplo subjetivismo filosófico, adotado também nos campos metafísico, ético, gnosiológico, antropológico, dentre outros.

Entretanto, após alguns longos anos de uma quase hegemonia de tal pensamento nos temas circundantes ao belo, hoje certamente se assiste – ainda que também muitas vezes de modo discreto e gradual – a uma retomada dos estudos clássicos envolvendo a temática do belo e um resgate da importância de entender este termo sob uma perspectiva metafísica para consequentemente compreender a sua aplicação na realidade, seja quando essa temática tange o ofício dos artistas, mas também porque a mesma repercute na vida cotidiana de cada um dos seres humanos, os quais não podem viver sem a beleza.

Assim, a problemática central ao qual este trabalho procurará esclarecer é aquela relacionada não somente a um conceito formal do belo e dos seus temas periféricos, mas sim da beleza enquanto parte ontológica do cosmos e da sua transcendência, da sua verdadeira relação com a realidade e das consequências na vida humana em assumi-la dessa forma.

A partir de uma passagem pela história da filosofia, tentar-se-á elucidar o pensamento predominante de cada período quando se fala do belo, assim como a doutrina do belo sustentada por cada um dos grandes filósofos que trataram do tema ao longo dos séculos, dando especial destaque ao pensamento de Santo Tomás de Aquino, filósofo medieval que abordou de modo enfático a filosofia do ser, e que

como ícone da metafísica clássica, sistematizou a doutrina sobre os transcendentais, aonde está descrito o seu pensamento sobre o belo.

O segundo capítulo concederá especial ênfase a esse período de ruptura do pensamento clássico, onde é acrescentada grande carga de subjetivismo ao tema presente. Portanto, tratar-se-á de assuntos muitas vezes considerados espinhosos, como a questão do gosto e da educação para o belo, assim como a relação entre o relativismo moral e a estética hodierna.

No capítulo conclusivo, será empreendido o esforço de explanar a doutrina sobre os transcendentais – tema central deste trabalho – tratando de cada um deles separadamente e das suas relações com o belo como atributo do ser – com enfoque especial na relação entre a bondade e a beleza -, buscando a explicitação do belo sob a perspectiva tomista, o seu aspecto objetivo e as propriedades do belo que estão presentes em cada ente.

Através do estudo do tema adotado sob uma perspectiva histórica, a análise de comentadores e estudiosos, o presente trabalho se justifica pela preocupação em conceder conteúdo de reflexão a todos àqueles que se interessarem por assuntos circundantes ao tema da beleza. Sobretudo aos que compreendem e percebem as consequências geradas pelas ideias adotadas ao longo do tempo, o mesmo justifica-se por seu empenho em trazer de volta ao seu lugar de referência, a metafísica, ciência que nos permite contato com um saber universal, profundo e que não se deixa satisfazer por qualquer conhecimento que não alcance o fundamento de tudo aquilo que existe.

1- O BELO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A estética é uma das poucas ciências cuja história nos permite transmitir não somente quem foi o seu fundador, mas também uma data de nascimento com grande grau de precisão. Da forma institucionalizada em que é conhecida hoje, a estética tem sua fundação através do filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten, que no século XVIII, em meio a grandes marcos históricos, deu uma espécie de início à emergência e sistematização da estética, que será em seguida consolidada por Immanuel Kant no mesmo século (KIRCHOF, 2003).

Todavia, muitos séculos antes destes dois filósofos do período moderno exporem suas conclusões a respeito da estética, as discussões a respeito do belo – aquilo que é objeto imediato deste trabalho – já eram frequentes e de grande importância entre filósofos precedentes, como Platão e Aristóteles na antiguidade, por exemplo, assim como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino no período medieval, e ainda tantos outros que contribuíram para a reflexão filosófica a respeito do tema (KIRCHOF, 2003).

Tendo em vista essa riqueza de autores e diferentes ideias tratadas a respeito do belo, abordar-se-á, de modo sucinto, um pouco do que cada um dos períodos da história da filosofia e dos filósofos mais caros para o tema correspondente deixaram de herança para o conhecimento humano.

1.1- O BELO ENTRE OS FILÓSOFOS GREGOS

Os filósofos gregos, pioneiros em tantos sentidos na civilização ocidental, não deixaram de exprimir suas reflexões a respeito da beleza e de assuntos circundantes a esse tema. Variando por vezes em suas posições filosóficas, os primeiros filósofos deixaram uma série de pequenas primeiras ideias a respeito do belo, que certamente no futuro serviriam para um maior aprofundamento teórico a respeito do tema.

Entre os filósofos pré-socráticos, num período onde a filosofia dava ainda os seus primeiros passos de maturidade na especulação racional, a beleza está sempre ligada a uma ideia de perfeição, de potencialidade e força, o que pode ser facilmente observado nos poemas homéricos, por exemplo. Além disso, a palavra está também por muitas vezes relacionada a uma formosura que atinge aos

sentidos, usada, por exemplo, para elogiar as mulheres da época (PLAZAOLA, 2007).

Já nos pré-socráticos vemos traços de uma consideração da beleza como uma realidade que ultrapassa a materialidade e a imanência, especialmente quando esses pensadores, analisando a música e a poesia, dizem que a arte é tanto divina como humana, sendo divina no que tange a inspiração com que são alcançados os artistas e humana pela técnica desempenhada pelos mesmos (PLAZAOLA, 2007).

Ainda no período pré-socrático pode-se notar no contexto da reflexão a respeito do belo, um grande elo entre a beleza e a moral, sendo a primeira capaz de gerar no homem sentimentos como a ordem, a harmonia e a bondade. Por outro lado, principalmente por parte dos filósofos sofistas, há também os que pensam exatamente o oposto. Protágoras e Górgias¹, dois dos sofistas mais conhecidos no meio filosófico, afirmam que as ideias de bem e belo estão completamente separadas e defendem a arte simplesmente como aquilo que é conveniente, fazendo imperar o seu pensamento pragmático (PLAZAOLA, 2007).

Em consonância com sua doutrina a respeito do mundo suprassensível, Platão² descreve que um ser no mundo sensível é belo na medida em que sua forma sensível possuir certa correspondência à ideia de seu arquétipo existente no mundo das ideias (PLAZAOLA, 2007).

Platão discorda o máximo possível das ideias sofísticas a respeito do belo. Para ele não há a mínima relação entre o belo e aspectos de conveniência, utilidade ou eficiência.³ O conceito de beleza platônico é eminentemente metafísico e, portanto o que existe é uma beleza suprema, aquela que é de fato a beleza verdadeira, e as coisas podem ser ditas belas somente no nível da participação dessa ideia de belo existente em si mesma (PLAZAOLA, 2007).

Além da metafísica, a beleza platônica deve ser entendida junto com sua doutrina moral. A doutrina platônica sobre a beleza e o seu pensamento ético não possuem diferença em seus fundamentos (KIRCHOF, 2003). Para Platão – mais uma vez contradizendo os filósofos sofistas – aquilo que é bom é necessariamente belo e vice-versa (PLAZAOLA, 2007).

¹ Platão. *Gorgias*. 474c-d.

² Platão. *República*. VII 514-518.

³ Platão. *Fedro*. 249-250.

O belo para Platão é realmente uma ideia perfeita, eterna e jamais passível de mutabilidade. O contato relativo do homem com este belo ideal – o belo em si - é alcançado através daquilo que ele chama de reminiscência, que seria uma elevação do homem a partir do que está no mundo sensível até a ideia suprema do belo cuja sua alma já teve algum contato anterior no mundo ideal (PAVIANI, 1973).

A arte é postulada como uma produção humana e por isso está inserida no âmbito da factividade. Assim, a mesma está ligada ao fazer, àquilo que o homem é capaz de expressar, construir e realizar, por isso se refere ao campo prático. A arte não tem relação de identidade com o belo, mas sim de causalidade. Ela é uma das causas intermediárias do belo, enquanto é responsável por manifestar na obra artística a beleza (GILSON, 2010).

Sobre a questão da arte, Platão alerta para um certo perigo que ele enxerga na produção e contemplação artística no que tange a moralidade. A condição sensível e inferior a qual a arte está submetida poderia gerar naquele que contempla, o desequilíbrio de suas paixões e, portanto, ainda que tivesse a possibilidade de conduzir o homem ao bem, poderia também tomar o caminho inverso. A grande limitação da arte para Platão está no fato da mesma visar à imitação daquilo que é imperfeito, do que está no âmbito material, sendo este somente também já uma imitação imperfeita da realidade metafísica (BASTOS, 1987).

Aristóteles, outro expoente da filosofia antiga, ainda que mantenha a aproximação entre o bem e o belo, desenvolvida por Platão, se distancia em alguns aspectos da doutrina platônica do belo, tendo em vista que o processo de conhecimento humano – tão importante para a abstração da beleza - se difere radicalmente no pensamento do mestre e do discípulo (KIRCHOF, 2003).

Enquanto Platão enxerga nas ideias aquilo que verdadeiramente existe e toma o mundo sensível como mera cópia imperfeita desse mundo suprassensível, Aristóteles critica essa visão separatista entre dois mundos cogitada por seu mestre e se posiciona diante da realidade sensível como pressuposto real indispensável, agregando a essa realidade as formas, de certo modo progredindo em relação à metafísica platônica, já que consegue abarcar as ideias inteligíveis dentro do mundo sensível. (REALE; ANTISERI, 2003)

De fato, a preocupação dominante da reflexão filosófica de Aristóteles está na investigação do ser, afinal é esse para ele o verdadeiro objeto da ciência.

Entretanto, para Aristóteles esse ser não é simplesmente uma realidade espiritual universal que é apreendida de forma intuitiva, mas também não é simplesmente um objeto material particular em específico. O ser é para Aristóteles “o elemento estável e uno liberto da realidade sensível por abstração”; o ser perpassa toda a realidade e é, na verdade, o princípio de existência de tudo aquilo que de fato é (THONNARD, 1968).

Desse modo, Aristóteles é responsável por uma reintegração das formas no mundo material, da qual Platão havia erroneamente deslocado da realidade sensível e substancializado no seu mundo das ideias. Aristóteles refuta o idealismo platônico evocando a impossibilidade da substância de existir como substância individual (THONNARD, 1968).

Assim, como ficou dito, há uma concordância sim entre ambos os filósofos na correspondência entre o bem e o belo, estando a diferença somente no fato de que o belo em Platão está baseado em uma realidade fora do mundo sensível, enquanto Aristóteles enxerga a real possibilidade de estar em contato com a beleza na harmonia existente no mundo natural (KIRCHOF, 2003).

No que se trata das artes propriamente, apesar de não dar a mesma postulação de perigo contida na visão platônica, Aristóteles não a enxerga como um instrumento perfeito na condução ao belo, preferindo a harmonia e simetria contidas na natureza, que segundo ele, não está sujeita aos erros humanos cuja arte está (KIRCHOF, 2003).

Assim, fica claro que já nos primórdios do pensamento filosófico há uma rica e fecunda reflexão a respeito do belo, cujo fundamento prepara as bases para as reflexões e aprofundamentos sobre o tema na filosofia medieval e influencia grandes pensadores desse período.

1.2- A ESTÉTICA NA FILOSOFIA CRISTÃ

A filosofia cristã é aquela que, distinguindo os conhecimentos filosóficos e teológicos, busca mostrar suas conclusões baseadas na razão natural, ainda que tenha na Revelação cristã um auxílio de grande valor (BOEHNER; GILSON, 1982).

Ainda que fé e razão caminhem juntas na filosofia cristã, isso em nada desvaloriza a magnitude do pensamento filosófico desse período. Na verdade, há um adiantamento objetivo no conhecimento racional praticado nessa época, pois

eram exatamente os problemas não solucionados na filosofia antiga que começam aqui a encontrar respostas satisfatórias (THONNARD, 1968).

Dentre as variações de conteúdo que possam existir entre os filósofos cristãos a respeito da filosofia do belo, há um ponto convergente que como que perpassa toda a reflexão medieval sobre a beleza: todo tipo de beleza existente nada mais é que um reflexo da beleza divina. Admira-se, portanto, o autor da obra, através da beleza contemplada na própria obra, ou em outras palavras, se exalta o Criador pela beleza da criatura (PLAZAOLA, 2007).

Assim, ainda que não se fale propriamente de uma estética cristã enquanto sistematização ou enquanto uma doutrina que faça parte dos cânones históricos da Igreja Católica, é possível dizer que o pensamento cristão sobre o belo é aquele que busca elevar o seu conceito a uma realidade metafísica, como uma propriedade do Ser Absoluto (BASTOS, 1987).

A arte, diferente do belo em si mesmo, é vista nesse período como aquilo que os gregos antigos denominavam *téchne*, que é a habilidade pela qual é possível produzir algo. Por isso, a arte é vista de uma forma operacional e mesmo quando tem como objetivo a produção de um artefato belo não deixa de estar incluída nas categorias terrenas (BASTOS, 1987). São Gregório de Nazianzo recorda, por exemplo, que a beleza artística é inferior à beleza natural, já que a ordem e a harmonia colocada no mundo por Deus não pode ser superada pela arte (PLAZAOLA, 2007).

Já em São Basílio, no início do período patrístico, há uma referência a essa objetividade do belo valorizada na Idade Média. Ele diz que existe beleza na simples finalidade das coisas e no simples fato de terem sido criadas por Deus, antes até que existissem olhos humanos para contemplar essa beleza (PLAZAOLA, 2007).

São Gregório de Nissa é conhecido como o precursor da ideia da beleza transcendental. É ele quem fala pela primeira vez de uma beleza presente em todos os entes, pois a ideia de beleza na visão divina possui relação de identidade com a ideia de bem. Resgatando Aristóteles e Plotino, que destacavam o fato da obra de arte pressupor a existência do arquétipo no intelecto do artista, Gregório destaca a beleza que existe em tudo, já que o que existe provém de Deus (PLAZAOLA, 2007).

Santo Agostinho, considerado o maior expoente filosófico do período patrístico, possui seus escritos marcados por duas épocas: uma primeira relativa à

sua vida antes da conversão ao cristianismo, e uma segunda, embebida do espírito cristão.⁴ Entretanto, o seu pensamento sobre a beleza possui uma consonância nos dois momentos, não havendo alterações consideráveis (PLAZAOLA, 2007).

Levando em consideração a beleza em si mesma, Santo Agostinho entende, influenciado pela filosofia plotiniana, que naquilo que é bom está contido o próprio bem, o bem em si mesmo, de onde permite que algo seja também chamado de bom. Ao falar de Deus, Agostinho sempre o relaciona com a ideia de harmonia e da ordem pela qual a mesma provém. Essa mesma harmonia é para ele o fundamento do belo, no qual assim como o bem possui existência em si mesmo (KIRCHOF, 2003).

Considerando o belo em si, Santo Agostinho logo o difere largamente do campo do útil, do conveniente, como o supunham alguns filósofos sofistas. O belo é para Santo Agostinho um caminho que pode dar acesso a Deus já que através do belo se reflete a verdade que é esse ser supremo, o próprio Deus (BASTOS, 1987).

Ainda que influenciado pela filosofia de Platão, Agostinho tenderá a uma visão bem mais otimista a respeito da arte. Adotando uma visão mais propriamente neoplatônica, a própria arte segundo ele, como aquela que deve representar o belo, ajuda o homem no seu acesso de conhecimento de Deus. Agostinho entende que a beleza da matéria provém da sua forma e essa lhe transmite ao exterior sua beleza (BASTOS, 1987).

Por gozar dessa visão metafísica do belo, Agostinho trata do feio assim como o faz em relação ao mal, não como uma presença, como uma existência em si, mas justamente como uma ausência, uma privação. Assim como entende o mal a partir da ausência de bem, o filósofo de Hipona descreve o feio como a privação do belo, ou como um menor grau de sua presença (BASTOS, 1987).

Juntamente com Santo Agostinho, o filósofo com maior fecundidade intelectual no campo da reflexão sobre o belo que viveu na período patrístico foi um autor conhecido como Pseudo-Dionísio Aeropagita. É a partir da filosofia do belo descrita por esse filósofo na obra *De divinis nominibus*, que Santo Tomás de Aquino realiza muitas de suas afirmações a respeito do belo enquanto transcendental do ser (PLAZAOLA, 2007).

⁴ Santo Agostinho. *Confissões*. IV 13-15: PL 32,702-704.

Pseudo-Dionísio parte do princípio neoplatônico de que a beleza suprema, que é a sabedoria divina, é a razão da beleza e harmonia de tudo aquilo que existe. Assim, desde aqui ele postula que a sabedoria, a bondade e a beleza são nomes diferentes dados para uma única e mesma essência, Deus (PLAZAOLA, 2007).

A beleza da qual os sentidos tem acesso é, portanto em Pseudo-Dionísio, a harmonia e o resplendor proveniente da beleza insuperável e infinita de Deus. As realidades sensíveis nos servem de meio para alcançar o conhecimento das realidades espirituais. Assim, aqui novamente se vê o destaque da identificação da beleza com a bondade, já que esses conceitos são também postulados de modo metafísico e estão fundamentalmente relacionados (PLAZAOLA, 2007).

1.2.1- O BELO SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO

Ao falar do belo em Santo Tomás de Aquino, ponto central do presente trabalho, importa contextualizar sua filosofia, já que o Aquinate propõe um sistema filosófico onde de fato não há informações soltas, mas que envolvido pelo espírito realista buscará abarcar o saber a partir dos princípios primeiros e das causas últimas.

A atitude de Santo Tomás de Aquino como filósofo no período escolástico foi, sobretudo, a de bebendo dos filósofos clássicos que lhe precedem – em especial de Aristóteles, a quem chama pelo nome de “o filósofo” –, partir desse ponto para desenvolver a originalidade de sua filosofia sob os pilares da experiência e do bom senso, tendo sua filosofia conhecida como a “filosofia do ser” (THONNARD, 1968).

Assim, Tomás de Aquino em sua obra mais conhecida - a Suma Teológica – refere-se- ao belo como “aquilo que agrada ao olhar” – *pulchra enim dicuntur quae visa placent* –. No mesmo artigo, onde relaciona o bem e o belo como seres idênticos, fundados sobre o mesmo princípio – o ser - Santo Tomás explica por que o belo está ligado à via do conhecimento e fala do belo como uma justa proporção, já que o deleitar-se dos sentidos se dá no contato com os entes bem proporcionados. (AQUINO, Suma Teológica, I, q. 5, a.4).

Tomás de Aquino entende o belo como um transcendental do ser, ou seja, como uma das facetas do ser da qual participam todos os entes. Ainda assim, como já foi dito, outros importantes filósofos da antiguidade e do período medieval,

com menor ou maior fundamentação, já consideravam o belo sob perspectiva semelhante, ainda que não o tratassem pelo nome de transcendental (KIRCHOF, 2003).

Todavia, Tomás vai além dos seus predecessores, tomando o conceito de causalidade aristotélico para afirmar que o belo é a causa formal em tudo aquilo que existe e que na hierarquia dos existentes reais há de se encontrar uma gradação dessa beleza na medida em que há maior ou menor participação no Ser Absoluto (KIRCHOF, 2003).

A reflexão a respeito do belo e o conhecimento intelectual estão extremamente interligados em Tomás de Aquino, afinal ele entende que se referem a um mesmo princípio: uma substância de um ente informado. Tanto em um tipo de conhecimento como em outro o que transparece é justamente essa realidade íntima do ente, que se permite conhecer (PLAZAOLA, 2007).

As proposições referentes ao belo estão ligadas, portanto, a um juízo, e não simplesmente a uma intuição repentina. Isso quer dizer que, o belo agrada aos sentidos não porque são realidades passíveis de uma intuição sem nenhuma mediação, mas sim porque esse conhecimento está acompanhado de uma operação intelectual e o deleite se torna possível como consequência desse esforço (PLAZAOLA, 2007).

No que tange a arte propriamente dita, o pensamento tomista está fundamentado sob a divisão das ordens especulativa e prática, estando a primeira sob o campo intelectual, enquanto a segunda está sob o domínio prático, sob o campo da ação. A arte está claramente nessa categoria do campo prático (PAVIANI, 1973).

Assim, para Tomás de Aquino, a arte é fruto da ação humana cuja finalidade está propriamente na obra e não no sujeito. Portanto, a arte é como um hábito que não faz parte propriamente da essência do homem, mas que surge como dom de suas faculdades superiores. Fica assim, exposta a diferenciação existente entre o belo propriamente, dito por Tomás de Aquino como um dos atributos do ser e por isso um dos transcendentais do mesmo, e a arte, faculdade própria do hábito operativo humano, categorizada no campo da prática e responsável por manifestar o belo (PAVIANI, 1973).

1.3- A SUBJETIVIDADE E A BELEZA NOS PERÍODOS MODERNO E CONTEMPORÂNEO

A filosofia no período moderno, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, é marcada de modo especial por duas grandes correntes filosóficas: o racionalismo e o empirismo, o primeiro de alguma forma mais ligado ao pensamento francês com René Descartes e o segundo, com um viés de pragmatismo e positivismo mais próprio da cultura anglo-saxônica, tendo como expoente o inglês David Hume. Entretanto, é possível avaliarmos ambos os movimentos a partir da perspectiva racionalista (BASTOS, 1987).

Mesmo que o uso da razão seja algo intrínseco à filosofia e um elemento básico de toda história do pensamento ocidental, esta ganha alguma relevância diferenciada a partir da filosofia moderna. A razão passa aqui a ser considerada uma faculdade dotada de finalidade própria e a partir do racionalismo de René Descartes e do idealismo de Immanuel Kant encontrará grande abertura para a propagação do subjetivismo, ainda que ambos os filósofos prezassem de um modo ou outro por verdades universais. (BASTOS, 1987).

Sabe-se que uma corrente filosófica confere fundação ao pensamento de um filósofo a respeito dos mais diferentes temas e tratados filosóficos e no âmbito estético não será diferente. David Hume⁵, empirista radical do século XVIII, diz que a beleza não pode ser definida, uma vez que ela apenas se distingue por um gosto subjetivo, por uma sensação (PLAZAOLA, 2007).

O empirista inglês agrega ainda à sua reflexão nesse campo do conhecimento, a afirmação de que a maior parte do prazer que a beleza é capaz de gerar se dá através da conveniência subjetiva, assim há para ele uma íntima relação entre beleza e utilidade ou conveniência propriamente (PLAZAOLA, 2007).

Uma terceira corrente, que não é propriamente nascente na modernidade, mas que nesse período realiza um resgate ao seu próprio modo é o idealismo. Se Immanuel Kant aparece de alguma forma como expoente desse idealismo moderno, pode-se dizer que seus companheiros, também em grande parte alemães, se utilizarão dessa corrente de forma independente um do outro. Aqui, além de Kant, poderíamos, por exemplo, destacar Hegel e Schelling (THONNARD, 1968).

⁵ David Hume. *The Sceptic* p. 186.

Sobretudo na perspectiva kantiana, esse idealismo faz uma crítica profunda à metafísica tradicional, tentando mostrar que tal modo de fazer filosofia está demasiado preocupado com abstrações vazias. Assim, agora deveria preocupar-se com uma “nova metafísica”, que buscasse estabelecer os limites da razão, e não propriamente com o conhecimento do ser (THONNARD, 1968).

Immanuel Kant traz consigo fato de ser o grande responsável pela chamada “revolução copernicana”, a saber, essa seria a ideia de que no centro do conhecimento está não o ente real, como postulado na metafísica tradicional – *adequatio rei et intellectus* – mas sim o sujeito, sendo essa uma novidade da reviravolta idealista (BASTOS, 1986).

O pensamento estético mais conhecido de Kant é o de sua teoria sobre a autonomia do juízo estético. Em sua obra “A Crítica da Razão Pura”, Kant analisa o conhecimento humano e descreve algumas categorias de juízos. O juízo estético é para Kant, um dos juízos que estão ligados aos sentimentos do homem, não estando eles propriamente no campo cognoscitivo, mas sim no meramente sentimental. Um juízo estético para Kant está, portanto, relacionado à impressão agradável ou não que algo exerce sobre o sentimento de cada homem, desvinculando a beleza da moral ou da existência em si mesma, e a relacionando com a subjetividade humana (BASTOS, 1986).

Tratando já do pensamento filosófico contemporâneo, lembra-se que este será profundamente marcado pelo contexto histórico em que está situado, e que acontecimentos como, a Revolução Industrial, a consolidação do capitalismo e as guerras do século XX vão influenciar de modo intenso o pensamento dos filósofos desse período (BEZERRA, 2018).

Portanto, o materialismo, próprio do afastamento do pensamento metafísico, vai dar vazão a outras correntes filosóficas, como o marxismo de Karl Marx e o niilismo e existencialismo pessimista que tem como expoentes Friederich Nietzsche e Jean-Paul Sartre, dentre outras correntes que ganham espaço nesse período. (BEZERRA, 2018).

Seguindo o pensamento de sua época, a estética contemporânea não está mais preocupada com o realismo ou mesmo as obras de arte não se preocupam em retratar a realidade, ao contrário, a estética atual busca um caminho de autonomia da realidade, de emancipação, se concentrando sob a necessidade de um questionamento dos aspectos sociais e de uma ruptura com os conceitos

clássicos relacionados a arte. Nesse período, propõe-se que aquilo que é arte não é definido de forma objetiva, mas parte da expressão e do desejo subjetivo de cada pessoa. A arte passa ainda a ser instrumento de expressão e manifestação das indignações sociais atuais (SILVA; BRAGA; TUZZO, 2014).

Percebe-se, portanto, que o belo é palavra frequente no vocabulário dos filósofos de todos os períodos da história e que esse não é um tema que concerne somente aos períodos mais atuais. Assim, compreende-se também que houve ao longo dos quatro períodos da história da filosofia pensamentos mais ou menos alinhados com as correntes filosóficas de cada tempo e que assim, é, portanto, plausível buscar de modo mais profundo, mesmo se aproveitando daquilo que já foi exposto, do que se trata realmente aquilo que chamamos beleza.

2- A AUSÊNCIA DA NOÇÃO DE BELO COMO ATRIBUTO DO SER E A ESTÉTICA ATUAL

Como foi descrito no capítulo anterior, a análise histórica dos conceitos de belo, beleza, arte e outros conceitos anexos ao assunto mostra que houve mudanças consideráveis no pensamento dos filósofos, sobretudo a partir dos períodos moderno e contemporâneo. As novas correntes filosóficas predominantes já apresentadas e o rompimento com a metafísica tradicional influenciou certamente no âmbito estético atual, que carrega consigo suas características próprias, sobretudo desconsiderando o belo como um transcendental do ser, ao contrário do que especulavam os filósofos medievais.

2.1- A INFLUÊNCIA DO SUBJETIVISMO NA ESTÉTICA

O subjetivismo enquanto teoria estética defende que as propriedades que produzem a beleza não estão propriamente naquilo que se contempla, mas sim no sujeito, em cada pessoa que observa o ente real e é capaz de emitir um juízo a partir da sua sensação frente ao que se contempla (HOSPERS, 2016).

Assim, considerar algo belo ou não frente a essa perspectiva só é algo válido perante um sujeito específico, sabendo que essa consideração pode mudar a partir simplesmente da mudança de um sujeito por outro. Portanto,

na perspectiva da teoria estética subjetivista, o fundamento do valor estético de qualquer coisa não está nas propriedades objetivas que ela carrega consigo, mas sim na relação que o sujeito é capaz de manter com o objeto que contempla (HOSPERS, 2016).

Não é necessário um estudo profundo para perceber que o que é considerado arte no mundo pós-moderno não assume o conceito clássico de belo como pilar fundamental da sua existência. O conceito até então reinante a respeito da beleza é facilmente desconsiderado, sobretudo a partir do século XX, onde de fato o espectador é quem passa a ser a medida da beleza, é ele quem viabiliza o belo (NOGUEIRA, 2007).

A subjetividade começa a ganhar atenção na história da filosofia a partir do advento da modernidade, e mais precisamente com o conhecido raciocínio de Descartes, que ao colocar todas as coisas sob dúvida chegará ao seu famoso axioma de que pensar, é logo, existir (MOREIRA; SILVEIRA, 2011).

O sujeito seria para Descartes um produtor de verdades universais, e por isso, na perspectiva cartesiana, é o sujeito o grande protagonista da construção do saber e isso se dá a partir do momento que o sujeito toma o lugar do objeto (MOREIRA; SILVEIRA, 2011).

2.2- A QUESTÃO DO GOSTO E DO JUÍZO ESTÉTICO: OBJETIVIDADE DO BELO E SUBJETIVIDADE DO GOSTO PESSOAL

Diante das questões levantadas e da pluralidade de visões filosóficas em relação à objetividade e à subjetividade no campo estético, caberia se perguntar sobre a questão do gosto. Por que certo sujeito julga bela uma determinada obra de arte e outro não consegue enxergá-la da mesma forma? Por que alguém é capaz de se deleitar sob aquilo que julga belo em uma paisagem natural, enquanto outra pessoa se depara com o tédio e o julgamento estético negativo perante a mesma paisagem?

O filósofo britânico Roger Scruton (2013), tocando na delicada questão do gosto e mais especificamente da “mudança de gosto”, explica que essa

não se dá como uma mudança de postura moral, ou como uma mudança de credo, afinal neste sentido a questão do gosto está muitas vezes envolvida por fatores intrínsecos ao sujeito e que não se submetem a uma alteração de modo simples após um processo cognitivo.

Entretanto, importa esclarecer desde o princípio que quando se trata de realizar uma afirmação dizendo que algo é belo, está se postulando um juízo de valor, tendo em vista que aí está o belo como um atributo, um adjetivo que vem a somar ao ente observado. Assim, de alguma forma se indica uma qualidade a certo objeto quando o mesmo é apreendido diante da contemplação estética (DUFRENNE, 1972).

Quando a obra de arte ou mesmo um objeto natural manifesta uma presença a alguém que a percebe, se dá o conhecimento estético. Este é o ponto de partida para o juízo estético. Quando se expressa um juízo em sentido lógico está se falando geralmente da veracidade ou da falsidade de uma proposição. Já quando se manifesta um juízo no sentido estético está se manifestando não propriamente uma proposição falsa ou verdadeira, mas sim se algo é belo ou não (PAVIANI, 1973).

Mikel Dufrenne (1972) explica que um juízo de valor desse tipo pode ser feito inclusive relacionado a situações em que não se depara propriamente com um objeto estético, como um ato corajoso ou uma boa capacidade de raciocínio, assim poderia se dizer, por exemplo, de uma bela atitude ou de uma bela capacidade racional.

O juízo estético parte do princípio da apreciação. Mas isto pode acabar tendo um alto grau de variação diante dos diferentes valores e situações culturais pessoais de cada sujeito. É possível falar de um juízo estético universal? Se a resposta for negativa, como se considerará a hipótese de uma real e objetiva análise estética? A função da análise estética é decompor o objeto contemplado, de modo que aquele que contempla possa obter o ponto de unidade que sustenta o objeto. (PAVIANI, 1973).

Os diversos contextos culturais devem sim ser levados em consideração quando tocamos na questão do gosto e não se trata aqui de aniquilar esse importante elemento ou negar que o mesmo influencie o nosso gosto pessoal. Todavia, importa lembrar que a variação cultural não é capaz

de anular o fato de que existem realidades universais que ultrapassam tais particularidades (SCRUTON, 2013).

É justamente a pretensão de universalidade que nos permite e impulsiona a falar de um valor estético. O próprio Kant não deixou de observar que quando se estabelece um juízo para determinada realidade o que se está reivindicando é uma objetividade a respeito daquilo a que se expressa (DUFRENNE, 1972).

Não é de se ignorar a validade de uma proposição que visa um juízo subjetivo, como quando alguém diz, por exemplo, “eu gosto dessa pintura”, ou ainda, “eu prefiro essa obra”. Todavia, há nesse caso a própria intencionalidade de se exprimir um gosto pessoal sem pretensão de objetividade (DUFRENNE, 1972).

Pode ser dito que certo relativismo em relação à objetividade e universalidade do valor estético teve certo incentivo nos campos da história e da sociologia e pode ser bem visto sob o argumento de combater uma linha filosófica dogmatista (DUFRENNE, 1972).

Porém, não se pode de modo algum fugir do fato de que se o juízo estético pretende a universalidade, ele deve motivar essa busca se utilizando de um conceito correspondente no que tange à universalidade, assim o belo é um juízo estabelecido a partir de uma realidade objetiva que manifesta a beleza e por isso “talvez seja necessário estar de má-fé ou ser ingênuo para sustentar um relativismo total e afirmar que todo juízo é irreduzivelmente subjetivo” (DUFRENNE, 1972, p. 36).

Scruton (2013) descreve alguns princípios - algo que o mesmo chama de “chavões” - que devem ser levados em conta a respeito do juízo estético. Um desses axiomas apresentados diz que o juízo é realizado em relação ao objeto e não em relação ao estado de espírito do sujeito que contempla, o juízo se detém sobre o objeto julgado e não sobre quem o julga.

Surge, entretanto um paradoxo, tendo em vista que apesar de o juízo estético ser apresentado a partir de uma análise concreta, o mesmo não é fruto simplesmente de uma desconsideração completa do sujeito. Outro princípio importante é o que diz que a beleza agrada aos sentidos e por isso é razoável pensar que um mesmo objeto pode agradar a um espectador e não a outro. (SCRUTON, 2013).

Apesar de o belo poder ser apreciado em diversos âmbitos e mesmo não só como algo presente na realidade material, mas até mesmo como um ideal, conforme variarmos o pensador, o grande interesse de teorizar uma ciência estética para estudar os assuntos aqui tocados surge, sobretudo na modernidade, como uma ferramenta crítica no campo da filosofia da arte (KIVY, 2008).

Peter Kivy (2008), buscando responder ao paradoxo aqui apresentado entre a objetividade do belo e a subjetividade do gosto, oferece a noção de que para levar a questão de um juízo estético realmente a sério é necessário se questionar sobre aquilo, de modo a entender o que estou realmente querendo dizer quando digo que algo é belo e os motivos dessa afirmação.

Na mesma linha de raciocínio, Scruton (2013) diz que o juízo da beleza não está simplesmente no âmbito da preferência e tal juízo exige de cada um uma atenção doada ao que se pretende julgar.

A fim de responder ao problema colocado é importante primariamente afirmar que o ser humano é capaz de conhecer a beleza. Aqui está o aspecto onde é levantada a questão da subjetividade, sem negar a objetividade do belo em si, mas levando em consideração a capacidade humana de conhecê-lo (MONACHESE, 2016).

Nesse sentido, objetividade e subjetividade não estão colocados de modo equívoco, mas de modo a se complementarem no encontro do belo com aquele que é capaz de realizar intelecção a seu respeito (MONACHESE, 2016).

Especificamente quando se fala de experiência estética, pode-se afirmar que a obra de arte, por exemplo, é aquilo que torna objetivo os sentimentos de certo sujeito. A percepção, portanto, acaba sendo capaz de assimilar algo objetivo diante daquela experiência e isso afirma que a verdade de um objeto reside não em outro, mas sim nele mesmo (JÚNIOR, 1988).

Assim, importa destacar que a dependência da beleza em relação à mente humana se restringe somente ao processo do conhecimento e não está relacionada à sua existência enquanto tal. Para que algo inteligível seja de fato conhecido é evidente que depende de quem possa o conhecer, mas isso não enfraquece em nada a sua existência ontológica independente do sujeito (MONACHESE, 2016).

O aspecto subjetivo, enquanto considera-se a capacidade de conhecer é na verdade indicativo da objetividade do belo, tendo em vista que de sua capacidade de conhecê-lo inferimos a presença ontológica do mesmo na realidade. Assim, fica dito que objetividade e subjetividade se referem a diferentes aspectos na tratativa do belo e não devem ser utilizados de modo a confundir a ontologia do belo com o processo cognitivo na percepção do mesmo (MONACHESE, 2016).

2.3- EDUCAÇÃO PARA O BELO: AS ARTES DO BELO E SUA TELEOLOGIA

Outros passos são dados em direção a responder a problemática do tópico anterior, no que se refere à questão do gosto e de sua subjetividade, quando se entende que o gosto de cada sujeito deve passar por um processo de educação, mostrando que não é simplesmente o fato de um sujeito não se sentir alcançado positivamente diante de um objeto que lhe permite julgá-lo feio ou como indiferente - ou a situação inversa - tendo em vista que o mesmo pode não estar preparado interiormente para emitir tal juízo por uma possível ausência de educação para o belo (SCRUTON, 2013).

Além disso, apesar de não ser o intuito determinar a estética como ciência matemática, é importante destacar que existem graus de beleza, e que o belo pode estar presente nas atividades mais cotidianas, ainda que elas não alcancem o grau de beleza sagrada existente em muitas obras de arte ou na própria natureza (SCRUTON, 2013).

Ao falar sobre os graus de beleza que nos é possível inferir, Dondo (2016) classifica em primeiro lugar as belezas divinas, aquelas promovidas pela tradição religiosa e pelo comprometimento com a verdade transcendente. Em seguida, se posiciona a beleza refletida pelos atos nobres humanos, sejam eles manuais, morais ou intelectuais, incluindo aqui claramente também o trabalho artístico.

Seguindo esse pensamento da educação para o belo, e justificando a sua importância na formação do caráter, é relevante fazer memória de que os maiores momentos de corrupção ou deturpação das artes do belo se passam nas épocas de maior aflição e decadência das civilizações, se dando isso não

somente no campo da técnica – e por vezes até salvaguardando a técnica – mas, sobretudo no uso inadequado das artes, fazendo propagar através dela não o bem e a beleza propriamente, senão o mau e o falso que se deseja propor como belo (NOUGUÉ, 2018).

Em grande parte, a arte na pós-modernidade visa apontar para um período de falecimento da metafísica, onde todos os valores perderam em absoluto sua objetividade. Da mesma forma que Friederich Nietzsche um dia propôs que Deus estava morto na sociedade⁶, filósofos e artistas hodiernos contribuem para uma morte cultural de um sentido objetivo na arte contemporânea (MONTEIRO, 2011).

Ângelo Monteiro, em sua obra “Arte ou desastre”, realiza uma crítica no campo da educação para as artes do belo relatando que muitas vezes somos levados a aprender sem levar em conta o aspecto da objetividade, dificultando assim o processo de percepção do verdadeiro e por isso propõe que também no processo de educação atual é preciso “desaprender”:

“Desaprender talvez seja a única via de acesso para a desobstrução do Ser, sempre anunciada em todas as épocas, pela experiência da arte. Desaprender também implica nos libertarmos da carga do falso aprendido, pois certamente não aprender é bem mais proveitoso do que aprender errado alguma coisa.” (MONTEIRO, 2011, p. 74).

Essa relação aqui já apresentada sutilmente entre a beleza e a bondade – assim como entre a beleza e a verdade – ganha evidência na apresentação clássica da finalidade das artes do belo, que se referem mais especificamente à literatura, ao teatro, ao cinema, à música, à dança, à pintura, à escultura e à arquitetura (NOUGUÉ, 2018).

Nesse caminho de educação para o belo, visando à felicidade proposta a partir da sua apreciação, é necessária em primeiro lugar uma real abertura para com a profundidade ontológica da realidade, com a essência e finalidade própria de cada ente, com aquilo que é o fundamento de toda evidência. Esse movimento de aprofundamento do conhecimento e de passagem da evidência material para a essência é de fato desafiador – sobretudo porque se vive

⁶ Friederich Nietzsche. *A Gaia Ciência*, § 125

atualmente um período de receio e ceticismo para com aquilo que ultrapassa a mera materialidade -, mas com a atitude de coragem é possível superar a falta de compromisso em relação àquilo que ultrapassa a imanência superficial (DONDO, 2016).

Essa educação da qual aqui se fala está obviamente ligada aos sentidos, pelo qual os seres humanos podem ter acesso à beleza, por isso a educação para o belo não é necessariamente ou primariamente técnica, mas sim uma educação dos sentidos. Por isso não é incomum saber de uma mãe grávida que começa a colocar música, por exemplo, para sua criança escutar, esse é um exemplo básico da educação da sensibilidade (DONDO, 2016).

Sabe-se que cada uma das ciências, além de método e objeto de estudo, possui de alguma forma uma finalidade, ainda que essa esteja intrínseca à mesma. Portanto, sendo também ciência, as artes do belo possuem seu fim último em dirigir-se ao bem e à verdade, à contemplação dessas realidades. É esta a finalidade clássica primeira que move aqueles grandes artistas de todas as épocas. (NOUGUÉ, 2018).

A finalidade da arte parece estar orientada sempre à felicidade, à contemplação da verdade. Um artista faz seu trabalho – ou deveria fazê-lo com esse intuito, conduzir a si e aos outros ao caminho da felicidade, esse é de fato o seu objetivo primeiro. É verdade que suas motivações enquanto temática de suas obras pode variar bastante, indo do campo intelectual ao mero entretenimento, do religioso ao profano – aqui entendido não como realidade hostil à religiosa, mas ao que não está diretamente ligada à mesma -, mas ainda assim sempre visa essa realização ao qual o ser humano se inclina (DONDO, 2016).

Além da finalidade primária citada, pode-se dizer que o fim ao qual se destinam as artes do belo está ligado intimamente à vida virtuosa – à disponibilidade para agir bem -, afinal é essa capacidade que possibilita ao homem a *vita beata*, a própria felicidade. Assim, se reforça a ideia de que as artes do belo tendem à formação do caráter humano e que quando falamos de arte em si é de suma importância entender que essa precisa encontrar correspondência na alma humana, que necessita da verdade e do bem para alcançar a tão almejada felicidade (DONDO, 2016).

Vê-se, por exemplo, Basílio de Cesareia narrar em uma de suas obras de um dito vindo de um sábio homem na interpretação poética, que Homero se referia a toda poesia como um grande elogio à virtude e que nela tudo deve tender a este fim, salvo aquilo que é accidental (CESAREIA, 563-590).

Já o consagrado músico alemão, Johann Sebastian Bach, diz que o louvor a Deus e a diversão da alma são a verdadeira finalidade da música afirmando que fora disso tudo se resulta apenas em barulho (BACH, 1988).

Assim, parece que o belo visa sempre expressar uma objetividade, uma transcendência, uma unidade, uma bondade e uma verdade, fato que com o advento da modernidade e das correntes filosóficas propostas a partir daí parece obscurecido frente a um subjetivismo radical, que visa colocar o homem, sua razão e seus sentidos como o grande fabricante de verdades relativas.

2.4- AS CONSEQUÊNCIAS DAS IDEIAS NOS CAMPOS DA MORAL E DA ESTÉTICA

É fato notório e consensual que as ideias filosóficas que tiveram maior reconhecimento em cada período da história foram capazes sempre de moldar um comportamento ético-social específico – em menor ou maior grau - servindo assim de plano de fundo e por vezes de justificação para as práticas de uma sociedade.

Para não causar aqui nenhum tipo de confusão e acabar por assumir a filosofia como um instrumento pragmático é importante introduzir alguns aspectos tangentes à natureza da filosofia enquanto ciência para entender o que ela é e o que pretende. Assim a define o filósofo espanhol Tomás Melendo:

“caberia descrever a filosofia como um modo de saber rigoroso e desinteressado, que aspira a conhecer com profundidade o conjunto íntegro da realidade mediante o descobrimento de seus princípios ou causas últimas, fundamentos daquilo que é enquanto é” (MELENDO, 2005, p. 107).

Assim, para uma boa reflexão a respeito da filosofia no campo estético e ético e ainda sobre a mútua influência que ambos exercem entre si, importa explicar algumas características da filosofia como pressupostos para as relações que aqui serão descritas.

Assumindo, portanto, a filosofia como ciência desinteressada, o filósofo é verdadeiramente aquele homem que ama a sabedoria não por alguma coisa que ela possa lhe conceder, senão por ela mesma. Por isso, seria uma corrupção da ciência filosófica utilizá-la como um mero meio para o alcance de interesses externos (MELEND0, 2005).

Ainda sob o aspecto do saber desinteressado, faz-nos saber Aristóteles que a filosofia é uma ciência livre e inútil. Livre enquanto não está subordinada a nenhuma outra ciência ou interesse prático, e inútil no sentido que não é uma ciência como as que servem de instrumento para se alcançar um outro querer, como se fosse uma simples ferramenta ou meio (MELEND0, 2005).

Dois outros aspectos importantes dessa introdução da natureza filosófica são o fato da mesma ser essencialmente teórica e carregar consigo uma profunda pretensão de universalidade. Seu aspecto teórico reflete seu interesse argumentativo e novamente desinteressado, não está subordinada ao pragmatismo, mas sim pelo verdadeiro saber. Já sua pretensão de universalidade reflete o anseio dos filósofos por essa busca dos princípios primeiros, do fundamento de tudo aquilo que há na realidade e que lhes ajude a conhecer melhor a mesma (MELEND0, 2005).

Todavia, essas notas da natureza filosófica nos evocam claramente a ordem especulativa da filosofia e do intelecto humano, mas podem nos levar a ignorar o fato de que a filosofia está constituída também por uma ordem prática, abarcando, sobretudo a ética filosófica e a filosofia da arte, onde é possível perceber que as ideias, as teorias no campo filosófico influenciam na vida prática (JOLIVET, 1976).

Para enxergar isso, basta observar que, seja a nossa vida, seja a cultura ou ainda o comportamento social de modo mais abrangente, vive das consequências das escolhas realizadas pelos sujeitos envolvidos, e essas escolhas são baseadas em convicções, crenças, ideias certamente teorizadas antes de serem colocadas em prática (WEAVER, 2016).

Assim, podemos falar de um âmbito teórico da filosofia, orientado pela busca da verdade, dos primeiros princípios, amparados, sobretudo pela metafísica; e um âmbito prático, que fundamenta o agir humano e que se empenhará pela realização do bem. Em geral o tratado filosófico que atende essa demanda chama-se filosofia moral ou ainda ética filosófica.

Esse âmbito prático filosófico está composto por duas partes, sendo elas o fazer e o agir. Cada um desses domínios se orienta diretamente para os dois campos que agora queremos relacionar: o agir ligado ao campo moral propriamente e o fazer se remetendo ao domínio da arte (JOLIVET, 1976).

Todavia, essa distinção aqui descrita entre filosofia especulativa e filosofia prática não exclui a relação íntima que ambas exercem entre si. Certamente aquilo que a metafísica afirma sobre o homem, sobre Deus e as demais realidades iluminam o agir e o fazer humano. É a filosofia especulativa que fornece os elementos racionais necessários para a conduta moral.

2.4.1- O RELATIVISMO MORAL

A corrente filosófica conhecida como relativismo é aquela que desacredita daquele conhecimento universal, do qual não está submetido a uma determinada época ou uma cultura específica simplesmente. Para o relativismo é justamente o meio, a cultura, o homem ou outros fatores que não sejam objetivos e universais que acabam por determinar o conhecimento como verdadeiro ou falso e as noções de bem e mal (BOUDON, 2009).

Assim, esse relativismo moral, dito também axiológico, deseja impor a ideia de que todos os sistemas morais possivelmente formulados possuem um mesmo valor, não sendo correta, portanto, a busca de uma moral objetiva, universal, que possa com assertividade guiar o homem ao bem. Em outras palavras, o relativismo propaga a ideia de que cada ser humano deve assumir os seus valores morais pessoais, com os critérios embasados na sua subjetividade e apenas nisso, sem considerar qualquer tipo de critério universal sobre a verdade presente na realidade (TAILLE, 2007).

A grande arma de atração do relativismo moral é seu modo aparentemente tolerante de se mostrar, já que a consideração de todos os pensamentos possíveis como bons e corretos em um primeiro momento pode

parecer pulsar essa virtude. No entanto, com um argumento lógico é fácil mostrar que aquele que tolera tudo está sujeito a tolerar até a intolerância, e é aí onde está a contradição da mesma corrente filosófica, na sua controversa tentativa de conjugar o contraditório (TAILLE, 2007).

É verdade que o relativismo não é originalmente uma corrente filosófica nascida na modernidade, tendo já seus primeiros adeptos na antiguidade. Foi Protágoras, filósofo sofista, que ficou conhecido pela frase: “O homem é a medida de todas as coisas”⁷. Todavia, pode-se dizer que, naquela época, esse era um pensamento perdido entre tantos outros e que o relativismo massivo e dominante é algo próprio da cultura hodierna (BOUDON, 2009).

A partir da modernidade, sobretudo através da desconsideração da metafísica clássica desenvolvida até os séculos anteriores, há um rompimento brusco com a tradição filosófica e se abre as portas para várias correntes que contribuirão para o domínio do relativismo (CAMPOS, 2010).

Assim, ainda que Kant e Descartes não ignorassem a universalidade do conhecimento ou mesmo da moralidade, serão os primeiros a contribuir mais fortemente na modernidade para o início de um declínio metafísico e um consequente relativismo, sobretudo pelo enfoque demasiado no sujeito durante suas reflexões filosóficas, que será por ambos colocado no centro do conhecimento a partir desse período (CAMPOS, 2010).

Essa descrição pode-se precisar com as palavras de Kant, que ainda que acreditasse numa moral universal imposta de forma categórica, não conseguindo fundamentá-la metafisicamente abre as portas para o relativismo aqui tratado:

“Agora afirmo eu: A todo o ser racional que tem uma vontade temos que atribuir-lhe necessariamente também a ideia da liberdade, sob a qual ele unicamente pode agir. Pois num tal ser pensamos nós uma razão que é prática, quer dizer, que possui causalidade em relação aos seus objetos. Ora é impossível pensar uma razão que com a sua própria consciência recebesse de qualquer outra parte uma direção a respeito dos seus juízos, pois que então o sujeito atribuiria a

⁷ Platão. *Teeteto*. 152a

determinação da faculdade de julgar, não à sua razão, mas a um impulso” (KANT, 2007, p. 95-96).

Portanto, o que faz a corrente relativista na realidade é contribuir fortemente para um grande ceticismo a respeito da universalidade ética, colocando em descrédito qualquer tipo de padrão objetivo que siga como norte ou um direcionamento para a natureza humana (RACHELS; RACHELS, 2013).

2.4.2- A MORAL RELATIVISTA E A ARTE HODIERNA

Em geral, todo estudo no campo da história da arte deve levar em conta como pressuposto o ponto de vista axiológico, ou seja, os valores que aquela pretensa arte traz consigo. A partir disso perde em credibilidade aquela estética empírica desenvolvida na contemporaneidade que prescinde tantas vezes desses valores morais consolidados numa determinada sociedade e faz sobressaltar certa ditadura ou soberania do gosto pessoal e dos sentidos, excluindo a metafísica e a ética do campo estético (GEIGER, 1958).

É verdade que a arte, em determinado ponto de vista, é independente da realidade moral, pois a mesma possui como esse fim intermediário a manifestação da beleza – que por sua vez está orientada ao fim último já citado -. Entretanto, se a arte nessa ótica é independente da moral, o artista – sem a qual a arte não poderia vir a ser – não goza dessa independência e nem poderia gozar (JOLIVET, 1976).

A obra de arte produzida pelo artista deve manifestar uma ação direcionada ao seu fim último – como qualquer outra ação humana – e tal fim último é entendido na perspectiva da filosofia perene como a felicidade. Fugindo dessa finalidade, se fugiria certamente da bondade do ato (JOLIVET, 1976).

Justamente pelo fato da arte constituir um ato humano, a mesma possui condições concretas que acabam por lhe impor certas restrições e consequentemente uma “dependência acidental da moral”. Explicando esse fato, assim escreve Régis Jolivet:

Em si, a obra de arte não poderia comportar imoralidade sem sair por isto mesmo do domínio da arte, que é o da serenidade, mesma na pintura das paixões. Mas a obra de arte pode, acidentalmente, ter efeitos maléficos, desde que seja proposta a homens incapazes, ou, por falta de cultura suficiente, ou, por uma falha de retidão moral, a elevar-se à pura emoção estética (JOLIVET, 1976, p. 344).

É devido a essa realidade, de como a obra de arte virá a atingir às paixões humanas, que o artista não pode se permitir esquecer que a arte não é realizada em um mundo ideal, pleno de espíritos puros. A arte se apresenta no mundo do homem, onde tais paixões são capazes facilmente de sobrepujar e deformar o sentimento estético (JOLIVET, 1976).

A estética empírica – carregada de subjetivismo - e sua pretensão de aniquilação das bases metafísicas tem por consequência o completo abandono das hipóteses de tratar-se com profundidade as relações, por exemplo, entre estética e moral, estética e religião e estética e ciência, mostrando-se insuficiente do ponto de vista filosófico (GEIGER, 1958).

Sobre uma real gradação dos valores dentro do campo estético nos recorda Max Scheller:

“Os valores do nobre e do vulgar constituem uma série axiológica superior às que constituem os valores do agradável e do desagradável; os valores espirituais, uma série axiológica superior à que constituem os valores vitais; os valores do sagrado, uma série axiológica superior à que constituem os valores espirituais” (SCHELLER, 1991, p. 128, 129 e 130).

Boudon (2009) recorda que há obras de arte – de diversos artistas – que incitam no expectador verdadeira admiração, motivados pela beleza ali contida, enquanto outras obras ditas também hoje artísticas são capazes de despertar unicamente certa curiosidade, sobretudo por causa do caráter de inovação, por empregar princípios inéditos.

O excessivo valor ao estruturalismo e ao tecnicismo alcançou também grande parte dos artistas na modernidade, fazendo com que muitas vezes a

utilidade ou o simples fato de produzir um resultado reflexivo fosse sendo tomado como meta artística. A conclusão dessa influência é o fato de que muitos artistas tantas vezes não desejam mais reclamar para o objeto estético aquelas virtudes perenes do mesmo, como o são a unidade, a permanência e o esplendor, por exemplo (DUFRENNE, 1972).

Em um quadro referencial, Ives Gandra Martins Filho caracteriza a arte contemporânea como aquela que é marcada por uma total liberdade e que inclui várias correntes, que dentre muitos intentos, busca reduzir a arte ao mínimo, empregando acima de tudo, temas subjetivos e emocionais diante de uma grande variedade de estilos (MARTINS FILHO, 2006).

Há uma profunda relação entre a vida do artista e a obra de arte que o mesmo produz. O artista não deve ser somente um mero técnico, um produtor de artefatos, mas deve antes fazer com que a própria vida seja uma obra de arte, não reduzindo seu intuito na busca pelo reconhecimento ou pelo sucesso financeiro, mas sim o orientando àquela finalidade já citada de conduzir-se e conduzir os outros à felicidade através de seu trabalho. (PAULO II, 1999)

É a partir disso que é possível dizer que a arte é capaz de transformar o próprio homem que a realiza ou contempla, fazendo dele uma pessoa melhor também sob o aspecto moral e não somente do ponto de vista técnico, e é nisso que consiste a beleza moral, que não está sujeita ao mero relativismo hodierno (MARTINS FILHO, 2006).

3- A RELAÇÃO ENTRE A BELEZA E A BONDADE E A SUPERAÇÃO DO SUBJETIVISMO ESTÉTICO

Como foi exposto já em diversas partes deste trabalho, percebe-se que boa parte da discussão a respeito do belo e da estética atualmente perpassa o entendimento daquilo que verdadeiramente seja a beleza, da sua relação ou não com a bondade e se a mesma deve ser compreendida no campo de um objetivismo realista ou de um subjetivismo pluralista.

Compreendendo tais aspectos, certamente torna-se possível um maior critério racional para o juízo estético – tema já abordado – e um maior esclarecimento sobre as outras questões circundantes que possam envolver

tanto a estética, enquanto filosofia teórica, como a arte, enquanto manifestação do agir humano. Sobre esta elucidação comenta Joseph Ratzinger:

“O encontro com a beleza pode se tornar a flechada que fere a alma e, desta forma, abre seus olhos, tanto que agora a alma, a partir da experiência, tem critérios de juízo e é até capaz de avaliar corretamente os argumentos” (RATZINGER, 2015, p. 77).

Assim, neste capítulo, tomando por base a filosofia tomista e a metafísica clássica estruturada racionalmente desde a antiguidade – e que alcançou seu ápice no período medieval – buscar-se-á elucidar as questões aqui colocadas respondendo às problemáticas pontuadas.

3.1- O BELO DO PONTO DE VISTA METAFÍSICO

3.1.1- O SER NA PERSPECTIVA TOMISTA

Em toda filosofia verdadeiramente consistente há uma intuição primeira que direciona de certo modo todo o raciocínio e desenvolvimento intelectual que se segue posteriormente. Em termos metafísicos, isso significa que se faz mais que necessária uma busca profunda e esforçada por um princípio originário ao qual tudo pode se relacionar (GARDEIL, 2013).

Para Santo Tomás de Aquino esse primeiro termo é certamente o ser, por isso o Aquinate assim se expressa: “O que a inteligência capta de início como seu objeto mais conhecido e em que resolve todas as suas concepções é o ser” (AQUINO, De Veritate, q. 1, a. 1).

No texto referenciado, Santo Tomás explicita simultaneamente a universalidade e a primazia do ser. Tudo aquilo que se concebe, tudo o que existe, está envolto pelo ser, assim tudo é do ser, tudo participa do ser, e essa é obrigatoriamente a primeira constatação: o ser é aquilo que é mais conhecido, é a primeira intuição do intelecto humano – *primum notum et per se notum* –, ainda que em um primeiro momento não se consiga explicá-lo, necessitando da reflexão filosófica para compreendê-lo (GARDEIL, 2013).

O ser é o principal elemento de qualquer ente, ou seja, de tudo aquilo que existe, afinal, é justamente o ser que permite ao ente que ele seja, que ele exista. Tudo o que há na realidade, existe como um modo determinado de ser, pois nada que existe no mundo natural é completamente simples ou puro (ALVIRA; CLAVELL; MELEND0, 2014).

Assim, o ente existente não é o ser propriamente, mas o ser se concebe como uma propriedade do ente, ele é o ato, ou primeira perfeição do mesmo, aquilo que lhe confere a existência. Da mesma forma que a essência é aquilo que faz com que algo seja de um determinado modo específico, o ser é o que faz com que as coisas sejam (ALVIRA; CLAVELL; MELEND0, 2014).

Tomar o ser como primeiro princípio pode parecer em um primeiro momento algo dogmático e aderir a tal posição é submeter toda a filosofia ao realismo, ao princípio da existência. Todavia, a reflexão filosófica sem a tomada do ser como princípio originário se assemelharia a tornar a filosofia uma constante perseguição ilusória da verdade (GILSON, 2016).

“O existir é o que há de mais perfeito entre todas as coisas, pois a todas se refere como ato. E nada tem atualidade senão enquanto é; o existir é, portanto, a atualidade de todas as coisas, até das formas” (AQUINO, Suma Teológica, I, q.4, a1, ad 3m).

Outro elemento importante a se pontuar é justamente o fato do ser estar presente em diversos graus de maior ou menor intensidade em cada um dos entes existentes. Uma vez que no universo existe uma diversidade imensa de entes, sabe-se que o ser não está de forma idêntica em cada um desses entes (ALVIRA; CLAVELL; MELEND0, 2014).

Deve-se considerar que por vezes o ser tem sido visto como um mero atributo vago e pobre, uma perfeição mínima que nada indica a respeito do ente, mas se ao contrário, entende-se que é justamente o modo de participação de um ente no ser que lhe confere um grau maior ou menor de perfeição, então essa visão errônea e reducionista do ser é imediatamente abandonada (ALVIRA; CLAVELL; MELEND0, 2014).

Portanto, importa dizer que o ser primeiramente conhecido pelo intelecto humano não é o ser de Deus, ou mesmo o ser do sujeito pensante,

mas o ser das coisas sensíveis. Assim, é através da percepção do princípio da não-contradição que o intelecto humano apreende o ser. É percebendo a sua oposição com o nada, que o homem apreende o fato de que o ser permeia todas as coisas ao seu redor (GARRIGOU-LAGRANGE, 1947).

3.1.2- AS PROPRIEDADES TRASCENDENTAIS DO SER

Tendo descrito e aprofundado aquilo que é o ser sob o ponto de vista do Aquinate, parece relevante aqui – e mesmo necessário – tratar propriamente das propriedades transcendentais do mesmo, buscando entender mais claramente qual a relação do belo com esse princípio fundamental e originário de tudo aquilo que existe.

Os chamados transcendentais do ser – ou propriedades transcendentais - são entendidos como atributos que possuem de forma implícita e são, eles mesmos, anteriores e transcendentais a toda categorização predicamental do ser. As propriedades transcendentais pertencem ao ser enquanto tal e por isso, estão presentes em todos os diversos modos dos quais o ser pode se revestir (JOLIVET, 1965).

Quando se fala de noções predicamentais, ou categorias do ser, estamos nos deparando com um modo de expressão particular do ser. Essa categorização pode ser percebida quando se fala do ser como algo grande ou pequeno (quantidade), por exemplo, ou ainda, como algo em si ou em outro (substância ou acidente). Portanto, o que tais predicamentos permitem é conhecer apenas um gênero de coisas, designando um modo de ser do ente segundo sua determinação (ALVIRA; CLAVELL; MELEND, 2014).

Diferentemente desses predicamentos, as propriedades transcendentais são aquelas que remetem aos atributos do ser enquanto tal, sendo elas o uno, o verdadeiro, o bom e o belo. Trata-se aqui daquilo que convém a todos os entes, se identificando com o ser mesmo. Assim, são denominados transcendentais justamente porque transcendem uma categoria ou um gênero específico, estando presentes em todos os entes, assim como ficou dito sobre o ser (ALVIRA; CLAVELL; MELEND, 2014).

Uma expressão muito utilizada para esclarecer a relação existente entre o ser e cada uma das suas propriedades transcendentais é aquela que

diz que “o ser é convertível” ao transcendental ao qual se deseja abordar. Assim, dizer que o ser é convertível a um transcendental específico é dizer que não há prejuízo ontológico em tomar qualquer propriedade transcendental no lugar do ser em uma determinada proposição (GARDEIL, 2013).

Faz-se, portanto, extremamente importante, a compreensão de que as propriedades transcendentais não se distinguem de forma real do ser mesmo, mas apenas a nível conceitual. Tais propriedades são de fato inseparáveis do ser, sendo equivalentes ao ser mesmo (JOLIVET, 1965).

O grande enriquecimento que traz essa separação meramente formal do ser é a explicitação dele mesmo, possibilitando um maior esclarecimento sobre a noção de ser e enriquecendo a reflexão metafísica a respeito da realidade. O que faz com que cada um dos transcendentais não sejam propriamente sinônimos do ser é somente a perspectiva pela qual é captada a mesma realidade pelo ser racional, mas isso somente reforça a equivalência entre eles e o ser (THONNARD, 1968).

“Unidade, verdade, bondade e beleza se correspondem entre si, precisamente porque todos eles remetem ao ente: porque acompanham o ente enquanto tal, até o ponto de se identificarem, realmente, com ele. Entende-se, então, que a análise de cada um dos transcendentais tenha como efeito primordial e prioritário o esclarecimento do que significa ‘ser real’: o incremento da penetração cognoscitiva de ente” (MELEND, 2002, p. 89).

A unidade – propriedade transcendental apresentada normalmente em primeiro lugar nos manuais de metafísica – nos remete a um conhecimento primeiramente negativo do ser, pois apresenta a indivisibilidade do mesmo. A partir do momento que se submete o ser a qualquer tipo de divisão se abandona certamente o ser inicial (AMEAL, 1961).

“Vemos que, se a noção de unidade é negativa, enquanto afirma uma indivisão (não divisão), o ser uno é uma realidade positiva. O ser e o uno, são, portanto, conversíveis, isto é, universalmente todo ser é uno e todo uno é o (ou indiviso), na mesma medida em que é ser” (JOLIVET, 1962, p. 247).

Já a verdade enquanto propriedade transcendental do ser está formalmente relacionada com a razão e é o fundamento ontológico de todo conhecimento. Portanto, a verdade identifica-se com o ser acrescentando-lhe uma relação de inteligibilidade. Dizemos verdadeiro enquanto transcendental tudo aquilo que é, pois tudo aquilo que participa do ser é inteligível (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Antes de tratarmos separadamente e em destaque o belo enquanto propriedade transcendental convém explicitar o porquê também a bondade é um atributo do ser. Dizer que o ser é bom significa expressar que há bondade de alguma forma em tudo aquilo que existe, em maior ou menor grau. A plenitude do bem é justamente o objeto da vontade humana e se equivale à plenitude do ser. Portanto, o ser é convertível ao bem enquanto objeto da vontade do homem e, portanto, apetecível, desejável como um bem em si mesmo (AMEAL, 1961).

3.1.3- O BELO COMO TRANSCENDENTAL DO SER

Tendo como enfoque principal no presente trabalho a tratativa do belo sob uma perspectiva metafísica, cabe agora – ainda que brevemente – descrever qual é propriamente a relação do belo com o ser e o por que o mesmo pode ser considerando um transcendental.

Assim como a unidade, a verdade e a bondade, a beleza também pode ser dita convertível ao ser. Ao se tornarem conhecidas, tanto a verdade quanto a bondade das coisas geram como efeito uma boa sensação, ou seja, um deleite a quem toma contato com tais realidades. O modo de nos referirmos a essa propriedade capaz de gerar em nós tal deleite é denominando-a belo (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 231 e 232).

Comentando a obra *De Divinis Nominibus*, de Dionísio Aeropagita, Santo Tomás de Aquino chama atenção para o fato de Deus ser chamado de Beleza Suprema, enquanto todas as outras coisas belas o são devido à participação na Beleza de Deus. Assim, da mesma forma que tudo que aquilo que existe pode o fazer por sua participação no Ser Necessário, também a

beleza própria de cada ente se manifesta devido a Beleza Suprema de Deus (BRANDI, 2016).

“Sendo Deus belo, faz belas todas as coisas, pois n’Ele essa perfeição transcendental não tem limite, Ele é sempre belo, segundo o máximo grau de *pulchritudo* que se identifica com seu próprio ser que é infinito e eterno. E essa beleza que o homem pode admirar na Criação é um pálido reflexo da Divina Beleza, fonte de onde emanam todas as belezas existentes no Universo” (SOUZA, 2013, p. 55).

De tudo aquilo que pode ser dito do belo do ponto de vista metafísico, o que se faz mais imprescindível é reafirmar que o fundamento do belo é propriamente o ser e que o pressuposto dessa afirmação é justamente a compreensão da convertibilidade ou equivalência entre o ser e o belo. Assim, “as coisas são belas enquanto são, porque, pelo simples fato de ser, têm certa atualidade, gozam de alguma perfeição. Esse é um sentido fundamental de beleza” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Pelas afirmações precedentes, é conveniente esclarecer que a beleza é concedida a todos os entes criados e que tudo aquilo que existe é belo em um determinado grau específico. Em seguida, é também importante dizer que a beleza corresponde a cada um desses entes conforme o seu grau de perfeição e de participação no ser, não sendo idêntica em todos eles. De tal modo pode-se afirmar que a medida do belo é determinada pelo ser (BRANDI, 2016).

A beleza dos entes reais é percebida através das potências cognoscitivas, isto é: através dos sentidos – sobretudo por meio da visão e da audição -, através da inteligência, ou ainda contando com uma conjugação de ambas as faculdades. É característico ainda da beleza acrescentar ao mero conhecer o deleite, o agrado resultante desse conhecimento (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Daqui, se destaca que naquilo que tange o belo em si, Tomás de Aquino de fato o entende como um transcendental, e mais especificamente um transcendental intimamente relacionado com a bondade, seguindo ao menos nesse sentido a tradição neoplatônica (KIRCHOF, 2003).

3.2- A RELAÇÃO ENTRE O BEM E O BELO

Como ficou registrado na perspectiva histórica sobre o belo neste trabalho (capítulo I), muitos filósofos trataram de relacionar a beleza com a bondade, percebendo existir entre elas algum vínculo. Ainda que essa não tenha sido uma postura unânime ao longo da história da filosofia, este passou a ser um tema sempre presente na discussão sobre o belo, até mesmo entre aqueles que negavam essa relação.

Quando se aborda a perspectiva dos transcendentais, é difícil imaginar que dois atributos que se equivalem ao ser e que diferem do mesmo apenas a nível formal não tenham relação entre si. Trazendo a discussão para o âmbito metafísico importa aqui destacar o que Santo Tomás de Aquino diz sobre essa relação:

“portanto, deve-se dizer que o belo e o bem, no sujeito, são idênticos. Pois estão fundados sobre o mesmo, a saber sobre a forma. Por isso o bem é louvado como belo. Mas diferem pela razão. O bem propriamente se refere ao apetite, pois o bem é aquilo para o qual tudo tende, e assim tem a razão de fim; pois o apetite é uma espécie de movimento rumo à coisa. Quanto ao belo, ele se refere à faculdade do conhecimento, pois diz-se belo aquilo que agrada ao olhar. Eis por que o belo consiste numa justa proporção, pois os sentidos se deleitam em coisas bem proporcionadas, como nas semelhantes a si, uma vez que o sentido, como toda faculdade cognitiva, é uma certa razão” (AQUINO, Suma Teológica, I, q.5, a.4, ad 1m).

Assim, “cabe considerar a beleza como um tipo particular de bondade, pois responde a certo apetite que se aquieta ao contemplar o belo”. Portanto, está se falando aqui do belo como um bem específico. É verdade que todo bem alcançado produz certo deleite, entretanto, aquilo que é belo é capaz de gerar um prazer no sujeito que contempla unicamente pelo fato de conhecer (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 230).

É isso que explica a conveniência estipulada pela metafísica clássica na relação entre os dois transcendentais presentes: o fato da coisa agradar aos sentidos enquanto se conhece, deixando clara assim também a união

entre as faculdades da inteligência e da vontade, por onde se é possível o contato com a beleza e com a bondade (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Essa teoria segue aquilo que já dizia Dionísio Aeropagita em seu *De Divinis Nominibus*, onde remetendo mesmo a Platão, Dionísio apresenta como fato que o bem implica o belo e vice-versa, justamente porque entre os transcendentais subsiste uma profunda unidade (BRANDI, 2016).

Não por acaso Deus não é conhecido entre os filósofos cristãos somente como a Beleza Suprema – como já referido – mas também como o Sumo Bem. Aqui a doutrina da participação é utilizada de forma análoga, tanto quando falamos do bem como quando falamos do belo. Por isso, as criaturas todas são boas e belas em menor ou maior grau justamente porque não se fazem completamente desvinculadas, mas ao contrário, dependem e participam da Beleza Suprema e do Sumo Bem, que não é outro senão Deus (BRANDI, 2016).

Pode-se dizer ainda que a beleza é um caminho para o bem, ela conduz aquele que contempla ao bem desejado. A beleza é capaz de facilitar a adesão ao bem desejado porque manifesta o resplendor daquele bem ao qual remete. Isso explica o porquê da beleza possuir certa função orientadora, já que permite esse acesso ao bem (DONDO, 2016).

Assim, a beleza, como aspecto da própria realidade, parece então ordenada em primeiro lugar à capacidade cognoscitiva humana e se torna um grande elemento de fortalecimento da vontade, pois ajuda a preparar a mesma em vista do bem (DONDO, 2016).

Tendo compreendido todo esse aspecto relacional entre bondade e beleza, somos levados a concluir que a inteligência e a vontade são os grandes protagonistas na percepção do belo e que de fato se o desejo é gozar desse deleite proporcionado pela beleza, importa entender a objetividade que a beleza carrega em si e quais são as propriedades que nos permitem identifica-la em maior ou menor intensidade nos entes (DONDO, 2016).

3.3- AS PROPRIEDADES DO BELO E SUA OBJETIVIDADE

Uma considerável quantidade de conteúdo a respeito da objetividade do belo já foi ressaltada neste trabalho, tendo em vista que, a partir de tudo o que já foi dito, esse aspecto objetivo do belo possui especial importância quando se afirma o belo como um atributo transcendental do ser.

Tendo essa mesma objetividade sido afirmada como uma das noções que se perderam – ao menos em grande parte - a partir da modernidade, onde muito se ressaltou a subjetividade no mundo estético, convém já na parte final do presente trabalho apresentar quais são as propriedades inerentes ao belo e que se manifestam aos nossos sentidos, permitindo com que sejamos deleitados por tal beleza.

Tudo aquilo que goza de beleza está, de acordo com a filosofia tomista, de um modo ou de outro revestido por três características ou propriedades que nos permitem abarcar de modo mais concreto a objetividade da beleza, sendo essas propriedades a integridade, a proporção e a clareza (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014).

Nessa busca de explicitação do belo, pode-se ressaltar primeiramente a integridade como propriedade inerente ao belo e que está intimamente relacionada com a unidade daquilo que se contempla. A integridade aqui se refere a não-oposição, à positividade daquilo que é real, à perfeição do ente. Assim, a divisibilidade, o vazio, a imperfeição ou a omissão manifestam a falta de unidade, e esta se configura certamente como uma ausência do belo em determinado grau (ARAÚJO, 2007).

Ainda analisando o belo na sua relação com a integridade e a unidade do ente é dito que “o belo como uno é total positividade, a feiura é ausência de positividade ou da totalidade de positividade, é a negatividade, e o feio é o negativo ou aquilo que em si é negativo” (MOLINARO, 2002, p. 94).

Outro aspecto importante e próprio de tudo aquilo em que o belo se manifesta é a proporção, a harmonia. Da mesma forma que dito que a integridade e a unidade se aplicam mutuamente, pode-se dizer que a relação própria da proporção do belo se dá com a bondade. Na proporção reflete-se a correlação, as medidas exatas, a conveniência e por isso a mesma é capaz de gerar a “perfeita fruição, beatitude e gozo, que o ser mostra no ser

bondade e o ente no ser bom”. Dessa afirmação segue o entendimento de que também a desconfiguração e a desproporção são causas da feiura, pois são incapazes de manifestar a beleza (MOLINARO, 2002, p. 94).

Tendo relacionado a integridade com o *unum* e a proporção com o *bonum*, cabe ainda destacar que o belo se relaciona com a verdade a partir de uma propriedade chamada clareza. A clareza está ligada à plenitude da aparição do ser, da evidência do objeto, na expressão pura do ser que é capaz de expressar a verdade de si (ARAÚJO, 2007).

“E como à verdade se opõem o erro e a falsidade como não ser, isto é, como não esplendor, não luminosidade, não aparição, não fenomenalidade, não aparência, assim à clareza da beleza se opõe a feiura como obscuridade, obscurecimento, ofuscamento, opacidade, inevidência, indefinidade e incerteza; e do mesmo modo, ao erro e ao falso se opõe o feio” (MOLINARO, 2002, p. 94).

Toda essa realidade aqui descrita sobre tais características ou propriedades é o que melhor descreve o fundamento objetivo da estética, ciência essa que, ainda que diversa da metafísica, se conecta com a mesma através do *pulchrum*. “Por isso, tudo o que reúne as características essenciais (harmonia, integridade, clareza) é objetivamente belo, ainda que possa não satisfazer a uma determinada sensibilidade estética”. A consideração de tais aspectos pode oferecer uma análise mais criteriosa do que seja o belo e de suas mais diversificadas expressões (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2014, p. 233).

CONCLUSÃO

Tendo em vista todos os temas abordados ao longo dos três capítulos desse trabalho, é conveniente aqui destacar os pontos de maior importância para uma reflexão estética, metafísica e ética, assim como para uma análise dos termos e conceitos utilizados em torno da filosofia do belo e as suas variações de entendimento na medida em que variam também os períodos da história da filosofia e os seus respectivos filósofos.

A partir de uma perspectiva histórica constatou-se que a beleza já era um tema caro dentro da filosofia desde a antiguidade. Ainda que não houvesse nesse momento uma sistematização a respeito da temática presente, muitas ideias e pensamentos dos filósofos gregos serviriam de base e teriam grande valia para uma reflexão posterior mais profunda do tema, seja sob a perspectiva da metafísica ou mesmo do ponto de vista da realização do trabalho artístico.

Ainda nessa passagem histórica, foi descrita a força do argumento medieval a respeito do belo, enfatizando Deus como a Beleza Suprema e todas as outras coisas belas como participantes dessa beleza de Deus, argumento esse que em muito auxiliou Santo Tomás de Aquino a considerar a beleza como um transcendental do ser e conseqüentemente uma propriedade inerente às criaturas, que participam em graus maiores ou menores do ser de Deus.

A partir da modernidade e em seguida reforçada pela visão estética contemporânea, foi visto o advento de uma supervalorização do sujeito, sobretudo destacando a questão do gosto pessoal e de um juízo estético altamente subjetivo, aos poucos não mais considerando a beleza objetiva ou qualquer tipo de relação metafísica a respeito do belo.

Sob a afirmação da objetividade do belo e da existência de certa subjetividade na percepção da beleza dos entes foi ressaltada a importância da educação para o belo em vistas de uma maior compreensão, seja teórica, mas também prática a respeito de como entender onde de fato existe um maior ou menor grau de beleza.

É notável o fato de que em uma civilização com uma grande propagação de ideias relativistas nos mais diversos campos, a objetividade e o valor metafísico do belo sejam desvalorizados ou mesmo aniquilados muitas vezes no campo filosófico. O estudo histórico nos permite a compreensão de que as ideias pensadas por filósofos de grande renome, uma vez aderidas por uma grande parcela da sociedade – ainda que cada sujeito individualmente não perceba – venha a determinar de fato o modo de pensar dessa sociedade, afinal as ideias verdadeiramente carregam consigo consequências práticas.

Sendo assim, se aproxima do nosso entendimento aquela relação entre a moral relativista hoje propagada com grande força em nossa sociedade – tendo chegado ao ponto de ser considerada a época hodierna como o período da “pós-verdade” – e a estética altamente subjetivista promovida a partir da modernidade

filosófica, buscando assim uma ruptura entre valores como a beleza, a bondade e a verdade.

Por fim, a exposição tomista da metafísica clássica a respeito do belo, assim como sua visão do mesmo como transcendental do ser fornecem uma forte fundamentação para o entendimento da objetividade do belo e das suas fortes relações com a unidade, a bondade e a verdade. Somando a exposição metafísica do belo a partir da filosofia do ser, foram descritas as propriedades inerentes ao belo – integridade, proporção e clareza – que certamente conferem ainda maior força ao fator objetivo da beleza.

Assim, o papel da estética nas atuais circunstâncias, enquanto estudo filosófico, alinhada sempre com o compromisso com a verdade, deve ser o de resgatar a importância e o entendimento metafísico que circunda o seu objeto de estudo, na certeza da fundamental importância do belo na vida do homem e de quanto o deleite proporcionado pela beleza pode colaborar para uma vida mais integrada e comprometida com a verdade, a bondade e a justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvira, Tomás; Clavell, Luis; Melendo, Tomás. **Metafísica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2014.

Ameal, João. **São Tomás de Aquino**. Porto: Editora Tavares Martins, 1961.

Aquino, Tomás de. **Suma Teológica, v. I, parte I**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

Aquino, Tomás. **Opera Omnia: Questiones Disputatae De Veritate**. Roma: Iussu Leonis XIII, P.M Edita, 1970, Tomo 22, v.1, fasc. 2, qq. 1-7.

Araújo, Bruno de. **Alguns elementos da filosofia da arte no tomismo**. 2007, Artigo Científico, 2007.

Bach, Anna Magdalena. **Pequena crônica de Anna Magdalena Bach**. São Paulo: Veredas, 1988.

Bastos, Fernando. **Panorama das ideias estéticas no ocidente (de Platão à Kant)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

Bastos, Fernando. **Panorama das ideias estéticas no ocidente II (do Renascimento à Kant)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

Bezerra, Juliana. **Filosofia Contemporânea**. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/filosofia-contemporanea/> . Acesso em 07 de janeiro de 2019.

Boehner, Philotheus; Gilson, Etienne. **História da filosofia cristã: Desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

Boudon, Raymond. **O Relativismo**. Lisboa: Gravidia Publicações S. A., 2009.

Brandi, Hugo Costarelli. **Lo bello y la belleza en el comentario tomasino al de *Divinis Nominibus***. 2016, Artigo Científico, 2016.

Campos, Ir. Juliane Vasconcelos Almeida. **Resgate da metafísica: uma resposta ao relativismo moral contemporâneo?** . Revista Lumen Veritas, v. 13, 2010.

Cesareia, Basílio de. **Da leitura dos autores gregos**. Migne: Patrologia Greca, 563-590.

Dondo, Gabriel. **La Belleza: Um tema urgente: sugerencias para um curso breve de estética**. Rosario: Ediciones Logos Ar, 2016.

Dufrenne, Mikel. **Estética e filosofia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Gardeil, Henri-Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino: psicologia, metafísica**. São Paulo: Paulus, 2013.

Garrigou-Lagrange, Réginald. **La síntesis tomista**. Buenos Aires: Ediciones Desclée, 1947.

Geiger, Moritz. **Problemática da estética e a estética fenomenológica**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

Gilson, Étienne. **Introdução às artes do belo: O que é filosofar sobre a arte?**. São Paulo: É Realizações, 2010.

Gilson, Étienne. **O ser e a essência**. São Paulo: Paulus, 2016.

Hospers, John. **Objetivismo e subjetivismo estético**. 2016. Disponível em: <https://origamideideias.wordpress.com/2016/07/13/objetivismo-e-subjetivismo-estetico/> . Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

Jolivet, Régis. **Curso de filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

Jolivet, Régis. **Tratado de Filosofia III: Metafísica**. Rio de Janeiro: AGIR, 1965.

Júnior, João-Francisco Duarte. **Fundamentos estéticos da educação**. Campinas: Papirus Editora, 1988.

Kant, Immanuel Kant. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

Kirchof, Edgar Roberto. **A Estética antes da Estética: de Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino e Locke a Baumgarten**. Canoas: Editora Ulbra, 2003.

Kivy, Peter. **Estética: fundamentos e questões da filosofia da arte**. São Paulo: Paulus, 2008.

Martins Filho, Ives Gandra Da Silva. **Manual esquemático de filosofia**. São Paulo: LTr, 2006.

Melendo, Tomás. **Iniciação à filosofia: razão, fé e verdade**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2005.

Melendo, Tomás. **Metafísica da realidade: As relações entre filosofia e vida**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2002.

Molinaro, Aniceto. **Metafísica: Curso sistemático**. São Paulo: Paulus, 2002.

Monachese, Angela. **Tommaso D'Aquino e la bellezza**. Roma: Armando Editore, 2016.

Monteiro, Ângelo. **Arte ou desastre**. São Paulo: É Realizações Editora Livraria e Distribuidora Ltda., 2011.

Moreira, Andréia Godinho; Silveira, Hermínia Maria Martins Lima. **Teorias da subjetividade: convergências e contradições**. 2011, Artigo Científico, 2011.

Nogueira, A. Nogueira. **O objeto estético na arte**. 2007. Disponível em: <https://artesubjetividade.wordpress.com/2007/12/16/o-objeto-estetico-na-arte/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

Nougué, Carlos. **Da arte do belo**. Formosa: Edições Santo Tomás, 2018.

Paulo II, Papa João. **Carta do Papa João Paulo II aos artistas**. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jp-ii LET_23041999_artists.html . Acesso em 03 de abril de 2019.

Paviani, Jayme. **Estética e filosofia da arte**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

Plazaola, Juan. **Introducción a la Estética: História, Teoría, Textos**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2007.

Rachels, James; Rachels, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2013.

Ratzinger, Joseph. **Ser cristão na era neopagã. Vol. II**. Campinas: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2015.

Reale, Giovanni; Antiseri, Dario. **História da filosofia: Filosofia pagã antiga**. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

Scheler, Max. **Le formalisme en éthique et l'éthique matérielle des valeurs**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

Scruton, Roger. **Beleza**. São Paulo: É Realizações, 2013.

Silva, Ana Paula da; Braga, Claudomilson Fernandes; Tuzzo, Simone Antoniacci. **Para uma reflexão sobre a estética na contemporaneidade**. 2014, Artigo Científico, 2014.

Souza, Diác. Dartagnan Alves de Oliveira. **Filosofia medieval**. Revista Lumen Veritas, v. 6, 2013.

Taille, Yves de La. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Thonnard, F. J. **Compêndio de História da Filosofia**. São Paulo: Editora Herder, 1968.

Weaver, Richard M. **As ideias têm consequências**. São Paulo: É Realizações, 2016.